O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 3 | Nº 7 | Boa Vista | 2020

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.3907234

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.revista.ufrr.br/boca

ATOS ANTIFASCISTAS E A VIOLÊNCIA POLICIAL NO CEARÁ

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior[1]
Antonio Avelar Macedo Neri[2]

Resumo

Esta pesquisa de caráter qualitativa tem como objetivo analisar e tecer reflexões sobre as manifestações antifascistas no Estado do Ceará que insurgem mediante a emergência de um cenário político que dilacera as esperanças e dissemina o caos social e que justifica as práticas fascistas como política de governo. Em contraponto, as manifestações populares e antifascistas simbolizam luta e resistência ao passo que clamam por garantias concretas de isolamento social além de reivindicar outras exigências democráticas. Recorremos a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa e a veículos jornalísticos como suporte metodológico para o desenvolvimento do artigo. Como conclusão provisória, nota-se que os atos antifascistas perpassam o campo das representatividades sociais e enfrenta a disseminação das práticas fascistas que hoje ocupa os gabinetes do governo. Ainda, ressalta-se que a polícia enquanto órgão do Estado tem contribuído para o fim das manifestações antifascistas usando estratégias, táticas e violência.

Palavras chave: Democracia; Manifestações; Polícia; Violência.

Abstract

This qualitative research aims to analyze and reflect on the anti-fascist manifestations in the State of Ceará that rise through the emergence of a political scenario that tears apart hopes and disseminates social chaos and that justifies fascist practices as government policy. In contrast, popular and anti-fascist demonstrations symbolize struggle and resistance while calling for concrete guarantees of social isolation in addition to claiming other democratic demands. We used qualitative bibliographic research and journalistic vehicles as methodological support for the development of the article. As a provisional conclusion, it is noted that antifascist acts cross the field of social representativeness and face the dissemination of fascist practices that today occupies government offices. Still, it is emphasized that the police as a state agency has contributed to the end of anti-fascist demonstrations using strategies, tactics and violence.

Keywords: Democracy; Manifestations; Police; Violence.

INTRODUÇÃO

No que tange a conjuntura brasileira, é visto as incertezas e os diversos retrocessos sociais com a ascensão das práticas conservadoras e liberais na política brasileira, consolidando-se após o golpe de 2016 que destituiu a Presidenta eleita legitimamente nas eleições de 2014. A crise política instituída no cenário político brasileiro fomentada pelos arautos defensores e legitimadores do golpe de Estado e pelos que saúdam a ditadura militar, em algumas circunstâncias, pela polarização entre esquerda e direita nos últimos anos, tem nos levado a um cenário político de ataque a democracia, de boicote as

[1] Estudante do sexto semestre do curso de licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Crateús/CE. E-mail: arnobiojr07@gmail.com
[2] Pedagogo, Historiador e Geógrafo. Mestre em Ética e Gestão e coordenador do curso de licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará (IFCE) - Crateús/CE. E-mail: avelarmacedo05@gmail.com

perspectivas democráticas de ensino, de alijamento aos mínimos direitos assegurados à classe trabalhadora entre outras regalias que são urgentes para a população que vende sua força de trabalho para sobreviver nesse sistema que nos mata constantemente.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é fruto dessa realidade política de destruição das perspectivas democráticas e de legitimação de um projeto pró-capital, que se utiliza de estratégias e táticas conservadoras e capitalistas para se legitimar enquanto projeto de sociedade. Sabe-se, no entanto, que o capitalismo é uma roupa velha que nunca nos serviu enquanto projeto de sociedade. De maneira crítica e reflexiva, a pandemia da COVID-19 nos permite perceber o fracasso das políticas capitalistas e a fragilidade do neoliberalismo no cenário mundial e brasileiro. O governo liberal inculcado nas sombras do autoritarismo e das práticas fascistas, as quais não tem propostas de emancipação social, tem optado por um projeto de exclusão social das identidades rotuladas como periféricas. Nesse sentido, o governo federal tem se manifestado em prol da ordem social e da legitimação de um projeto reacionário. Sem dúvidas, o horizonte político desse governo é o capital.

Os atos a favor do governo evidenciam a ideologia e as práticas fascistas ao passo que clamam pelo fechamento do congresso e pela volta do AI-5. Esses atos com pautas conservadoras não nos representam enquanto classe trabalhadora, colocada historicamente em posição de marginalidade. Em contraponto, insurge as manifestações antifascistas representadas por um coletivo de pessoas que não se identificam com as políticas reacionárias do atual governo, que não condiz com sua realidade. Os atos antifascistas são representativos, pois clamam pela permanência das perspectivas democráticas, reivindicam as condições materiais para a efetivação do isolamento social, tendo em vista o crescimento substancial do número de mortes pela COVID-19 (SENHORAS, 2020a; 2020b).

Esse quantitativo evidencia que não há isolamento social para muitas pessoas, pois não há condições materiais e políticas públicas que garante o isolamento. Além disso, as manifestações antifascistas têm como objetivo principal barrar as práticas fascistas que tem ganhado espaço nos gabinetes do governo e têm sido legitimadas pela bancada do boi, da bala e da bíblia e constantemente nas ações nas ruas de grupos antidemocracia.

Nesta perspectiva, pretendemos analisar e tecer reflexões sobre os atos antifascistas com recorte ao Ceará. As manifestações antifascistas no Ceará têm como propósito a defesa das liberdades democráticas, de políticas sociais que seja possível adentrar no interior da periferia, de confrontar o fascismo que objetiva eliminar a esquerda do quadro político além de outras pautas de interesse da classe trabalhadora. Para além disso, pontuaremos o posicionamento policial diante das manifestações pacíficas. A discussão no que se refere a polícia estará centralizada na perspectiva de Marx e Lenin, compreendendo a polícia enquanto um órgão que está a serviço do Estado burguês.

Visando o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, recorremos a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa para que seja possível apresentar novos horizontes teórico-metodológicos para o leitor. A pesquisa bibliográfica nos possibilita construir o diálogo com outras teorias e, por conseguinte, construir novos diálogos de formação e horizontes político-pedagógicos. Fonseca (2002) nos diz que todo trabalho acadêmico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, logo, este tipo de pesquisa foi indispensável para a construção do artigo.

Para além disso, utilizamos os veículos jornalísticos como ferramentas de investigação e análise. É sabido que as mídias sociais tem desempenhado um papel político de disseminação de Fake News, sobretudo a partir de 2018 nas campanhas políticas em especial no âmbito nacional como estratégias políticas de reprodução da ideologia reacionária e autoritária. Inquestionavelmente, devemos pensar nas mídias sociais para além do entretenimento, mais também como espaço de formação política. Enquanto esquerda, devemos disputar o campo das ideias frente a esses mecanismos midiáticos, visto a utilização desses aparatos midiáticos pela direita como forma de legitimar seu discurso.

O trabalho/artigo se justifica a partir da necessidade de exploramos o campo da discussão política e da análise de conjuntura, ensejando reflexões sociológicas e, por conseguinte, o despertar para uma consciência social visto que a consciência não nos é dada de forma imediata, mas se constrói a partir das ações cotidianas e da construção da teoria revolucionária.

POR QUE DEVEMOS IR AS RUAS?

Em tempo de pandemia, compreende-se as dificuldades de nos mobilizar socialmente contra as práticas fascistas que se articulam sob a ótica de um governo com vistas a reprodução de um projeto de capital. As manifestações antifascistas são imprescindíveis para pensarmos para além de um projeto neoliberal de sociedade, visto o fracasso das políticas neoliberais em âmbito nacional e mundial. Os atos antifascistas no Ceará nos convidam a refletir sobre a conjuntura que estamos vivenciando e sobre as políticas do governo do Estado diante da problemática da pandemia. É válido ressaltar que as manifestações antifascistas em todo o Brasil não impedem o direito ao isolamento social.

Ao contrário dos atos pró-governo e a favor da reprodução da exploração dos oprimidos, as manifestações antifascistas segue as exigências da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outras instituições que prezam pelo isolamento social. Os atos do governo Bolsonaro e as manifestações de seus apoiadores tem evidenciado a urgência de nos posicionar contra essas manifestações e medidas do governo que toma a necropolítica como política de governo (MARANHÃO, 2020; SILVA, 2020), além de objetivar a mercantilização de vidas humanas. Infelizmente, a lógica da sociedade capitalista coloca o

lucro acima das vidas humanas. Daí, nota-se o quão é grave as políticas do atual governo nos atos que defendem a reabertura do comércio bem como as atitudes de alguns governadores de Estado que seguem a lógica de destruição de vidas humanas na medida que não prorroga a reabertura do comércio e de outras atividades que diante do caos da pandemia apresenta um grau de periculosidade.

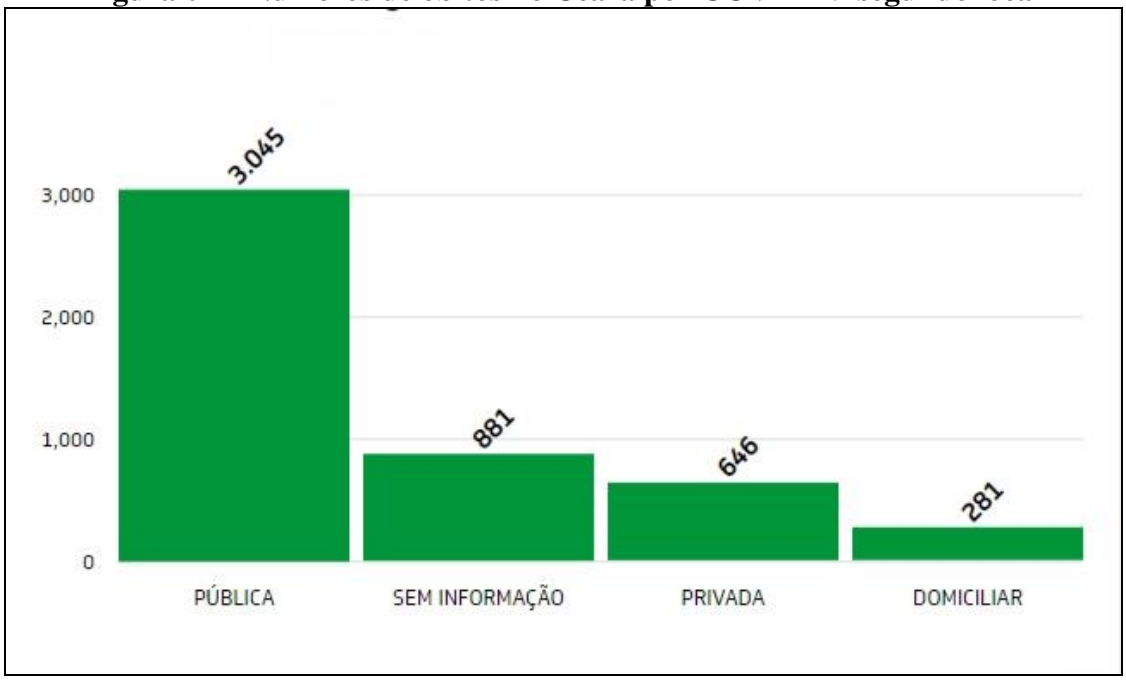
Diante da pandemia, fica claro que as políticas atitudinais do Estado burguês são limitadas e tem um recorte de gênero, raça e classe. "O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo" (MARX, 2008, p. 12). Nessa medida, as ações do governo federal, em sua maioria, são representativas à classe média e a burguesia brasileira e excludente à população localizada no interior do sistema capitalista. As políticas do governo federal e de muitos estados não reconhecem a população periférica enquanto sujeitos e atores políticos.

Até o início do mês de maio, a Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde sinaliza mais de 42.700 óbitos por COVID-19 no Brasil. O quantitativo de mortes pela COVID-19 evidencia que o isolamento social não está sendo cumprido de forma rígida, pois as políticas de governo não atendem as necessidades da classe marginalizada, que usa sua força de trabalho para gerar riqueza para esse sistema que nos mata constantemente. No Ceará, conforme a Plataforma de Transparência de Saúde do Estado, são em média 59,64 óbitos por dia pela COVID-19 com letalidade de 6,33%. Os números e a situação nos alertam sobre as políticas tomadas pelo governo do Estado. De fato, são políticas que não adentram no interior da periferia.

Desse modo, os trabalhadores em situação de vulnerabilidade econômica e social, excluídos das políticas de governo, encontram o trabalho em condições extremas como uma rota alternativa de sobrevivência, o que acarreta o aumento substancial do contágio do vírus. Diante dessa situação que nos traz implicações reflexivas, vê-se que até o dia 14/06/2020 a rede pública de atendimento apresenta uma frequência maior de óbitos por COVID-19 bem como exemplifica o gráfico 1. Vale ressaltar que os números devem seguir a mesma proporção ou aumentar diante das medidas e políticas do governo do Estado de contenção do vírus.

Nessa perspectiva, não podemos perder de vista os objetivos e a necessidade do movimento antifascista nesses tempos atuais de ataque a farsa de democracia que vivemos e de ataque as mínimas políticas asseguradas à classe trabalhadora. Tem-se percebido que o isolamento social tem se tornado privilégio de classe. Mediante a pandemia e de todo o caos social que a pandemia tem proporcionado, os atos antifascistas tem se levantado contra as práticas fascistas do governo em defesa de um sistema que conduza as políticas sociais, econômicas e culturais de maneira justa e tem ecoado protesto a favor de condições materiais que possa possibilitar o isolamento social para os indivíduos que não se encontram em isolamento, desassistidos pelas políticas de governo.

Figura 01 – Números de óbitos no Ceará por COVID-19 segundo local



Fonte: BRASIL (2020).

Os protestos do movimento antifascista no Ceará seguem uma linha política de luta e resistência contra o fascismo enraizado no gabinete presidencial, de seus lacaios e contra a exclusão de políticas públicas por parte do governo frente a pandemia. Essa realidade nos conduz a se manifestar e a ecoar gritos reivindicando políticas que fomente condições materiais de sobrevivência. A luta antifascista se faz coletivamente, por isso, encontra-se nas manifestações representantes de bases sindicais, movimentos sociais entre outras pluralidades possíveis que entendem a necessidade de enfrentar o sistema e se colocar contra a flexibilização e reabertura do mercado bem como propôs o governador do Estado do Ceará.

> O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), declarou na sexta (5) em sua conta no Twitter que é "absolutamente contra" as manifestações antirracistas, antifascistas, pelo Fora Bolsonaro hoje. Camilo Santana se diz ser em favor das vidas com essa declaração, mas na verdade só demonstra demagogia, pelas medidas ineficazes e repressoras, tomadas durante o período de quarentena em seus decretos, e também pela retomada da economia no estado, tudo para, na verdade, beneficiar os empresários (ESQUERDA DIÁRIO, 2020).

A reabertura de centros comerciais e de produção por parte governador do Estado dialoga com os interesses do empresariado. Nesse sentido, é urgente ir às ruas mediante esse caos social, tendo em vista a necessidade de lutar pelas perspectivas de liberdade, pois a liberdade na sociedade capitalista é colocada sobre a forma de competitividade. Não podemos nos omitir diante da exclusão das condições materiais que assola a periferia cearense. Para além disso, não podemos ser intimidados pelos fascistas engravatados e pelos seus ideólogos que ocupam as ruas para legitimar um projeto econômico, político e

social pró-capital. Assim, ir às ruas nesse momento de turbulência, não significa está desrespeitando o isolamento social, que por sinal não existe para uma boa parcela da sociedade cearense.

O arautos defensores e legitimadores das práticas fascistas estão usando o discurso das instituições que estabelece medidas de contenção do vírus para chantagear os atos antifascistas. Nessa perspectiva, a mídia tem servido de espaço de disseminação de Fake News e informações inconsistentes contra as manifestações que clamam por igualdade social. Enquanto classe trabalhadora, devemos nos mobilizar e nos politizar para enfrentar as estruturas de dominação do sistema capitalista. Marx e Engels (2008, p. 23) nos diz que "toda luta de classes é, contudo, uma luta política". Sem dúvidas, a luta antifascista nas ruas é contra o capital e pelas vidas humanas da classe trabalhadora e de outras identidades anti-Bolsonaro.

Não ir às ruas nesse momento, é corroborar com o fortalecimento do projeto político de governo que não nos serve enquanto sociedade que visa a emancipação social. A lógica mercantil e empreendedora do executivo está a serviço do capital, colocando as vidas humanas em segundo plano. Somente o trabalho humano gera riqueza. Nesse limiar, as medidas de reabertura do comércio no Estado do Ceará conciliam politicamente com as medidas de exploração massiva do capital defendida pelo governo federal. Não podemos recuar diante das mobilizações fascistas nesse cenário político-discursivo. Recuar nesse momento é também corroborar com a desestabilização da esquerda revolucionária. É momento também de construirmos diálogos de formação para que seja possível entender a teoria revolucionária e colocá-la em prática, pois "o curso dos acontecimentos obriga, assim, a revolução a "concentrar todas as forças de destruição" contra o poder do Estado" (LENIN, 2010, p. 51).

As condições de luta e resistência contra as práticas fascistas estão postas na ação, na materialidade, no agir socialmente e politicamente. Os atos antifascistas é uma resposta concreta as ações fascistas que se materializam numa escala espaço-tempo. "Assim, o antifascismo é uma política nada liberal, é a revolução social aplicada ao combate à extrema-direita, não apenas aos fascistas literais" (BREAK, 2017, p. 16). Ser antifascista é um gesto cívico e de empoderamento social. O fascismo tem ganhado contornos em diferentes contextos históricos e merece ser destruído. Nesse sentido, a luta antifascista deve ser organizada coletivamente, pois conforme Break (2017, p. 17) "o sucesso ou fracasso do antifascismo militante depende, muitas vezes, de mobilizar uma camada mais ampla da sociedade para enfrentar os fascistas [...]".

Nessa lógica, é preciso lutar pela legitimação da luta antifascista. Para além disso, é necessário que tomemos o socialismo como horizonte político. As experiências e práticas socialistas no mundo expressam a contenção positiva à COVID-19 e demonstrou que são políticas que atendem as

necessidades da classe trabalhadora, tendo em vista que o vetor da política capitalista "é o vetor que privatiza riquezas e direitos, que constrói fronteiras e muros, que encarcera e mata, que mercantiliza vidas e corpos, que não se preocupa com a natureza e cria um ciclo vicioso de doença e remédio, que acelera a destruição da vida" (ALLI, 2016, p. 142). Nessa perspectiva, ir às ruas é continuar lutando pelas condições de existência enquanto sujeitos sociais. Ir às ruas é questão de necessidade, é ir em busca da garantia de condições de vida, de isolamento social para todos(as) e de formação de uma frente ampla de combate ao fascismo e suas políticas depreciativas. A luta nas ruas a favor de políticas de contenção da COVID-19 no Ceará não pode ser deslegitimada, considerando-se que:

> A política insuficiente de Camilo Santana chegou ao máximo de 60% de isolamento, enquanto mantinham suas indústrias produzindo normalmente, com trabalhadores sendo infectados todos os dias. Ou seja, sequer houve um aumento significativo no distanciamento social nos estados que adotaram em certo nível a política de lockdown, e o Ceará é um deles (ESQUERDA DIÁRIO, 2020).

É nesse sentido que se faz necessário o posicionamento político nas ruas do Estado do Ceará, pois as políticas do governo do Estado seguem as necessidades e interesse do empresariado enquanto o sistema de saúde público entra em colapso e ao mesmo tempo ceifa vidas. A unidade antifascista que se mobiliza nas ruas do Estado compreende a necessidade de lutar pelas liberdades democráticas e pelo direito do isolamento, uma vez que a reabertura do comércio, das atividades produtivas e de consumo em geral estão integradas à política genocida do governo. Os horizontes da luta antifascista se constroem coletivamente contra as opressões do governo, principalmente no que se refere a dimensão econômica e social. Desse modo, é válido ressaltar que as vozes que clamam por democracia devem ecoar gritos em prol de medidas efetivas de isolamento, de garantia de políticas públicas inclusivas, de liberação de renda para a população em vulnerabilidade social entre outras alternativas possíveis. Objetivamente, compreende-se que a democracia na sociedade capitalista é um meio sofisticado de continuar oprimindo e explorando a classe dominada.

> Em outras palavras a democracia é uma forma de organização social que, afirmando a igualdade política de todos, reproduz as desigualdades entre a burguesia e trabalhadores. É uma forma de organização política que garante a liberdade para o capital explorar s força de trabalho, que mantém a apropriação privada da riqueza produzida socialmente (LESSA; TONETO, 2011, p. 84-85).

Desse modo, a democracia liberal enquanto um dos instrumentos mais sofisticados do Estado capitalista é um obstáculo diante da busca pela garantia das liberdades democráticas, embora o Estado Democrático de Direito tente promover a justiça social e superar as desigualdades sociais. Contudo, é sabido que o Estado Democrático de Direito sob a ótica do liberalismo reflete as liberdades burguesas

asseguradas na Constituição Federal (CF). Nesse sentido, o conceito de Estado Democrático de Direito está sujeito a várias interpretações e análises políticas, pedagógicas e jurídicas. Compreende-se esse conceito a partir da aplicabilidade e garantias as liberdades civis e aos direitos fundamentais assegurados na CF. Assim, o Estado Democrático de Direito se constitui a partir da garantia dos direitos fundamentais de qualquer cidadão. Não obstante, está a serviço da lógica empreendedora do Estado burguês mediante a consolidação da democracia liberal.

Nessa lógica, a palavra democrático tende a qualificar o Estado como um elemento imprescindível para a superação das opressões e das desigualdades. Enquanto princípio da constitucionalidade da CF e da garantia a soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, o Estado Democrático de Direito representa as liberdades individuais da burguesia uma vez que a CF não aborda este conceito sobre a rubrica dos pressupostos teórico-metodológicos do socialismo. Conforme Brasil (1988), deve-se garantir à sociedade os direitos fundamentais. Contudo, vê-se que este conceito expressa uma política parcial, portanto, não podemos abordá-lo como um conceito absoluto, tendo em vista a constante necessidade da luta coletiva e de políticas públicas para a periferia que suplica por garantias dos direitos fundamentais de primeira dimensão.

A afirmativa da superação das desigualdades e de outras mazelas que nos atinge é uma farsa que está explícita em suas diretrizes que compatibiliza com um projeto de sociedade estruturado na política do capital, da exploração e opressão. O princípio democrático do Estado Democrático de Direito nega a pluralidade e a garantia geral da vigência e eficácia dos direitos fundamentais. A título de informação e exemplificação, a análise da atual conjuntura nos permite perceber as realidades sociais e reafirmar a urgência da luta coletiva e anticapitalista contra toda e qualquer forma de opressão advinda dos instrumentos opressivos e sofisticados do Estado capitalista.

É necessário o respeito aos poderes e a garantia da equidade social para que o Estado Democrático de Direito seja representado plenamente em seu sentido democrático. Disto isto, é válido afirmar que só venceremos o projeto genocida do governo se nos colocarmos enquanto interventores sociais, disputando a hegemonia política e reformulando as políticas públicas. Em linhas gerais, fica explícito que a luta é e deve ser contra o capital. “O capital não é, portanto, uma força pessoal; é uma força social” (MARX; ENGESL, 2008, p. 32).

Assim, ressalta-se que a luta não se faz apenas com teoria, mas a ação é imprescindível para ocupar espaços e garantir direitos. Será somente através das unidades e frentes amplas que será possível derrotar as práticas fascistas nas ruas além da garantia de condições plenas de isolamento social. Mazza (2018, p. 77) afirma que “o Golpe de 2016 é um golpe contra a democracia, contra a chegada do povo

brasileiro no poder de Estado e contra o exercício de participação política das massas na ordem democrática e no capitalismo global". Nesse sentido, as práticas fascistas dos tempos atuais buscam legitimar e abrir caminhos para um golpe violento e só poderá ser combatida através da intervenção popular. Eis os motivos de por que ir às ruas em tempos de pandemia.

A VIOLÊNCIA POLICIAL E A INTIMIDAÇÃO A MANIFESTAÇÃO

Em virtude da luta nas ruas contra as práticas fascistas ancoradas nas estruturas de um governo antidialógico e em virtude da luta a favor de políticas públicas de garantia do isolamento social, cabe destacarmos a violência policial no Estado do Ceará que tem sido usada como estratégia e tática do Estado burguês de deslegitimação das manifestações antifascistas que se fazem de forma pacífica, seguindo as recomendações das OMS, da declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), da Secretária de Saúde do Estado bem como as recomendações do decreto estadual n° 33.510 que define situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo Coronavírus, o que não impede o direito de se manifestar nas ruas mesmo estando sobre a situação de uma pandemia e sobre o vigor de um decreto.

Compreendemos a violência policial diante dos atos antifascistas como uma medida repressiva do Estado, usando-se do discurso do isolamento social rígido, da busca pelo cumprimento do isolamento para dispersar as manifestações. A polícia tem desenvolvido uma função política de extrema importância para o campo da direita na medida que coloca sua "cavalaria" repressiva contra os manifestantes nas ruas. É sabido que os atos antifascistas seguem respeitando as medidas sanitárias, logo, sendo desnecessário a intervenção da polícia, a qual utiliza da força e de todo o seu aparato repressivo para desmobilizar as ações nas ruas e prender manifestantes sem justificativas plausíveis.

> Mesmo assim, em Fortaleza, o governo estadual mobilizou tropas especiais e uma estrutura militar de dar inveja ao período da ditadura militar. O que se viu foram carros blindados, o famoso "Caveirão da Morte", micro-ônibus, motos, cavalaria, caminhões, dezenas de viaturas e até Helicóptero. Foi dessa forma que o Governo Camilo Santana (PT/PDT/PCdoB), recebeu centenas de manifestantes, em sua maioria jovens entre 14 a 25 anos, que foram às ruas dizer um basta ao fascismo e contra o genocídio do governo dos banqueiros e generais, representado pelo capitão reformado, Jair Bolsonaro (A VERDADE, 2020).

Os protestos pacíficos tiveram dificuldades de articulação, pois a polícia, de forma estratégica, encurralou os manifestantes objetivando o silenciamento e o fim dos atos. Contudo, a polícia foi pacífica diante dos atos pró-governo que reivindicavam pela abertura do comércio e em nome do (des)governo, clamavam pelo fechamento do congresso e pela defesa do AI-5. Diante dessa situação, a polícia não

reprimiu esse movimento reacionário que vem constantemente ganhando notoriedade nos espaços públicos. “No Brasil, o movimento de massa reacionário se formou em 2015 na campanha pela deposição de Dilma Rousseff” (BOITO JR, 2020, p. 5). Devemos compreender que a política do Estado burguês não mede esforços para reprimir os atos que não condizem com os seus interesses e objetivos para com a sua emancipação política.

É nesse sentido que o Estado, utiliza-se dos diversos instrumentos para justificar suas ideias e concatenar sua política da morte com o senso comum. Para que o Estado se coloque acima da sociedade é necessário de instrumentos que legalize seu poder e suas intervenções pretenciosas, afinal, o Estado está a serviço da burguesia. A polícia é um dos instrumentos claros de legitimação do poder e da força do Estado. Logo, a justificativa da repressão policial nas ruas perpassa o entendimento do que seja o Estado. “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide sua submissão amortecendo a colisão das classes” (LENIN, 2010, p. 27). Os instrumentos de repressão do Estado está para além da polícia, mas tem-se também outras instituições coercivas que atuam a partir dos pressupostos e da lógica burguesa.

As manifestações antifascistas no Ceará não têm ganhado grandes proporções a exemplo dos atos na Avenida Paulista. No entanto, têm sido representativas para a classe trabalhadora que sofre diante da pandemia. Mesmo com um número pequeno de manifestantes, mas simbólico, a polícia tem se armado e se posicionado duramente contra os manifestantes. Uma reconstituição evoluída, do aparato defensivo e intimidador da ditadura dos anos violentos e truculentos da história brasileira. É nessa perspectiva que a polícia respondeu os atos antifascistas nas ruas do Ceará. Não há necessidades de homens armados nas ruas para conter as manifestações. A polícia no Estado burguês não é popular, é repressiva e diante dos acontecimentos fica exposto a violência policial nas ruas e o quanto o Estado age para controlar as implicações e os antagonismo da classe trabalhadora.

Nesse sentido, diante das manifestações nas ruas, a polícia se posiciona como um instrumento do Estado, utilizando-se da narrativa da garantia das condições democráticas e do isolamento social, para isso utiliza a violência policial a qual passa a ser entendida como uma representação do poder do Estado. Sucintamente, as garantias defendidas por esse aparato de poder da sociedade capitalista estão a serviço dos interesses da cultura hegemônica. Infelizmente, as ações da polícia diante dos atos antifascistas são utilizadas para coagir o indivíduo que não reconhece o Estado Democrático de Direito ou que não tem o Estado Democrático de Direito como a sua âncora.

A violência policial desrespeita a legalidade do ato de se manifestar e, sobretudo, a inviolabilidade do direito à liberdade, à manifestação de pensamento, à liberdade individual entre outros

direitos e garantias fundamentais previstos na CF. Nota-se a violação aos preceitos constitucionais que fomenta os direitos humanos a qualquer indivíduo. O direcionamento da violência policial aos manifestantes revela o desrespeito ao direito do manifestante reivindicar por políticas públicas que não atende suas necessidades e que são negadas constantemente. Diante disso, é evidente o papel da violência policial nos atos antifascistas. As ruas é o espaço de luta coletiva contra o sistema que segrega, oprimi e mata. "As massas capazes de, no nosso tempo, promoverem a mudança da ordem social, econômica e política – assinalava Marx - são as massas proletárias" (KONDER, 2015, p. 32).

As massas proletárias mechem com as estruturas de dominação da burguesia, por isso é constantemente violentada pelos aparatos de repressão do Estado a exemplo da polícia. Esse órgão tem correspondido com o que pretende os atos pro-governo e defendido a reabertura das atividades comerciais, produtivas e de consumo por parte da política do governo do Estado. A polícia enquanto parasita do Estado, entende os atos antifascistas a partir do senso comum e daí, suscita a legitimação das práticas fascistas pelos movimentos que reivindicam as pautas conservadoras. Não podemos fortalecer as práticas fascistas, pois estas não resultam em políticas públicas para todos. Segundo Del Roio (2020), "Gramsci pensa o fascismo como uma revolução passiva, uma revolução sem revolução, uma revolução restauradora" (p. 6). Ou seja, o fascismo tende a restaurar a força e poder da burguesia. Assim, não cabe a nós legitimar as práticas fascistas e nos amordaçar diante da repressão policial nas ruas.

Lessa e Tonet (2011) nos diz que a sociedade capitalista tende a causar desumanidades por que é uma sociedade alienada. Desse modo, na medida que a alienação afeta a prática da classe trabalhadora ela tende a moldar a forma como a burguesia compreende os fatos. Nesse sentido, os atos antifascistas são compreendidos numa escala macro como desnecessários diante da pandemia e como um ato de doutrinação política. Essa visão minimalista sobre as manifestações antifascistas tem sido representada não só pelo governo federal bem como por governos de Estado que usam uma retórica envelhecida de democracia e de que devemos cumprir o isolamento social para que seja possível atenuar o número de óbitos por COVID-19. Sob essa ótica, o governo do Estado designa a polícia para dispersar os atos nas ruas.

> Todavia, é importante registrar o papel profundamente negativo de muito governadores, inclusive daqueles que dizem fazer parte da oposição, em relação às manifestações. Em vários Estados, como no Pará e no Ceará, esses dirigentes se comportaram de maneira semelhante aos líderes reacionários, colocando as tropas para reprimir as manifestações, articulando um grande aparato policial para intimidar e prender militantes. Nesses tempos de crise e necessidade de definição clara de propósitos, não se pode acender uma vela para Deus e outra para o diabo. Ou se está contra o fascismo e pelas liberdades democráticas ou se estará conivente ou omisso diante da ofensiva autoritária em curso (PCB, 2020).

Nessa perspectiva, a polícia se apresenta para cumprir uma importante missão para o Estado que está expressa em três palavras: repressão, deslegitimação e intimidação. A violência policial não é em vão. Ela tem um significado político que devemos compreender para fortalecer e apoiar a luta coletiva. Assim, a violência policial contra os atos antifascistas no Ceará tem como objetivo reprimir o ato que pauta as reivindicações de melhores políticas sanitárias, condições materiais para a população marginalizada, políticas econômicas para a camada em vulnerabilidade entre outras pautas semelhantes a favor de direitos que devem se fazer presente na vida da classe trabalhadora. Além disso, a violência policial retrata a deslegitimação dos atos antifascistas, ou melhor, objetivam com que os manifestantes recuem para assim enfraquecer a luta coletiva e, por conseguinte, viabilizar um projeto econômico, político e social que não nos serve. Por fim, a violência (chutes, uso de gás lacrimogêneo e balas de borracha) objetiva intimidar os manifestantes. Contudo, se fere nossa existência, seremos resistência. O governo do Estado tem se mostrado a favor do empresariado ao passo que não contém a polícia de usar suas táticas violentas de contenção da manifestação. A preocupação deve ser focada em políticas que chegue para todos. Nesse limiar, é visto que:

> A política insuficiente de Camilo Santana chegou ao máximo de 60% de isolamento, enquanto mantinham suas indústrias produzindo normalmente, com trabalhadores sendo infectados todos os dias. Ou seja, sequer houve um aumento significativo no distanciamento social nos estados que adotaram em certo nível a política de lockdown, e o Ceará é um deles (ESQUERDA DIÁRIO).

Assim, é preciso conhecer a periferia e as demandas da população invisibilizada. Deslegitimar as ações nas ruas usando a violência policial é continuar ignorando as necessidades da classe trabalhadora. Nesse sentido, falta compreensão, solidariedade e empatia diante de um caos estrutural para efetivar políticas públicas necessárias. De forma estratégica, a polícia fechou ruas para impedir a chegada de manifestantes, dificultando a realização dos atos. É preciso ouvir as demandas da classe trabalhadora para construir uma linha de frente de combate a pandemia de forma eficiente. Ao contrário, reprimir os atos com o uso da violência policial só demonstra o papel político do Estado burguês a serviço da grande burguesia nacional e a legitimação de um projeto que parte do genocídio como atividade essencial. Assim, acreditamos que:

> [...] o marxismo é ponto de partida para uma explicação dos fatos que provocam a crise do capital, explicitada pela pandemia da COVID-19 e pela fragilidade do neoliberalismo e também ponto de partida para uma formação política e, por conseguinte, buscando-se uma consciência política e ecológica (SOUSA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2020, p. 37).

Por fim, é oportuno, afirmar que a rua é do povo, que o poder e a força emanam do povo. No entanto, este mesmo povo, muitas vezes são amordaçados, silenciados, intimidados, ou muitas vezes

condicionados ao simbolismo para camuflar ou negligenciar seu poder de maioria. Reafirmamos aqui, que o espaço de debate, de diálogo, precisa ser reconstruído, ressignificado para que compreendam nossa força política, mesmo que para tal seja necessário a luta diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamente, o presente trabalho/artigo teve como objetivo analisar os atos antifascistas no Ceará perpassando o campo da violência policial enquanto atividade política do Estado burguês. Nesse limiar, buscamos tecer reflexões sociológicas sobre a discussão a fim de despertar o leitor para uma análise de conjuntura e problematizar os fatos que estão na tessitura da realidade e que se encontram nos nossos espaços de vida. Para isso, partimos da pesquisa bibliográfica e de veículos jornalísticos como procedimentos metodológicos. Evidencia-se a necessidade de considerar as mídias sociais como ferramentas de formação política e de construção de novos diálogos de formação, contribuindo no acesso a produção científica, artística e cultural.

É evidente que os atos antifascistas são representativos à classe trabalhadora, pois clamam por igualdade social, luta pelos direitos da classe trabalhadora desassistida pelas políticas de governos, sobretudo, pelas políticas advindas de um projeto de sociedade em prol do capital que não atende as necessidades da população rotulada politicamente como marginalizada. Desse modo, ressalta-se que as políticas capitalistas que não nos serve legitima um projeto de sociedade onde as estruturas sociais, políticas e econômicas estejam articuladas com o capital. Ao contrário, buscamos disseminar a urgência de valorizar as práticas socialistas, visto as experiências positivas no mundo.

Nesse limiar, as manifestações antifascistas se tornam necessárias na medida que a farsa de democracia que vivemos é colocada em jogo além da ascensão das práticas fascistas que ganha espaço nos gabinetes de governo e torna-se legitimada pelos ideólogos da extrema direita. Nota-se que o Estado e as políticas capitalistas usam da violência policial para deslegitimar, reprimir e intimidar os manifestantes que seguem as recomendações necessárias de contenção da COVID-19. Assim, a violência policial tende a desrespeitar a inviolabilidade à liberdade de pensamento e expressão. Compreende-se que as ações violentas da polícia são representativas a burguesia ao passo que excluem os direitos fundamentais dos indivíduos desassistidos pelo Estado Democrático de Direito. Sucintamente, fica claro que é urgente a mobilização nas ruas, pois as práticas fascistas e as políticas pró-capital do (des)governo só serão vencidas nas ruas, lócus de luta e reivindicações da classe trabalhadora.

Neste interim reafirmamos a força da estrutura do capital, que se articula de tal maneira que perpassa os limites da violência simbólica, se alastra com tanto ímpeto, que nos causa medo, dor, lamento. A nós? mesmo diante da força, das incertezas do Estado e das políticas públicas, das amarrações acordadas nos bastidores políticos e dos desprezíveis representantes do Estado, nos cabe a voz, o grito de alerta, as mãos dadas ou erguidas dos trabalhadores, trabalhadoras, desempregados, desempregadas, a todos nós: sujeitos construtores, teóricos ou pragmáticos, uni-vos e multiplicai-vos, para que a nossa força seja consolidada na construção da cidadania e do bem estar coletivo.

REFERÊNCIAS

ALLI, L. "É golpe e estamos em luta". *In*: SINGER, A. *et al*. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

A VERDADE. "Autoritarismo do governo marca o ato por democracia no Ceará". **Portal Eletrônico A Verdade** [09/06/2020]. Disponível em: <https://averdade.org.br>. Acesso em: 13/06/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/06/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. "Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde"**. Portal Eletrônico do Ministério da Saúde** [13/06/2020]. Disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br>. Acesso em: 13/06/2020.

BREAK, Mark. **Antifa**: o manual antifascista. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

BOITO JR, A. "Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo". **Crítica Marxista**, vol. 1, n. 50, abril, 2020.

CEARÁ. "Transparência da Saúde do Ceará". **Portal Eletrônico da Secretária de Saúde do Ceará** [13/06/2020]. Disponível em: <https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br/indicadores>. Acesso em: 13/06/2020.

DEL ROIO, M. "Gramsci e Togliatti diante do fascismo". **Crítica Marxista**, vol. 1, n. 50, abril, 2020.

ESQUERDA DIÁRIO. "Contrário aos atos antifascistas, Camilo Santana (PT) reabre economia do Ceará e acena aliança com Maia". **Portal Eletrônico Esquerda Diário** [07/06/2020]. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br>. Acesso em: 13/06/2020.

KONDER, L. **Marx**: vida e obra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MARANHÃO, R. A. "Os cientistas sociais no combate ao coronavírus e contra a necropolítica: primeiras batalhas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MAZZA, D. "A revolução burguesa no Brasil e o golpe de 2016". *In*: KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C. **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

PCB. "As ruas dão o recado"**. Portal Eletrônico do Partido Comunista Brasileiro** [09/06/2020]. Disponível em: <https://pcb.org.br>. Acesso em: 11/06/2020.

SENHORAS, E. M. (org.). **COVID-19 e o olhar social**. Boa Vista: EdUFRR, 2020a.

SENHORAS, E. M. (org.). **COVID-19: Enfoques Preventivos**. Boa Vista: EdUFRR, 2020b.

SILVA, C. M. A. "COVID-19 e necropolítica na conjuntura brasileira". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

SOUSA JÚNIOR, A. R.; OLIVEIRA, J. A. "O marxismo como ponto de partida para uma consciência política e ecológica em tempos de pandemia". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 3 | Nº 7| Boa Vista |2020

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima